



DA GUERRA FRIA ÀS GUERRAS PERIFÉRICAS. RISCOS PARA O BRASIL. MEDIDAS A TOMAR

Álvaro Teixeira Soares

Conferência proferida pelo Embaixador Álvaro Teixeira Soares no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) e publicada no "Caderno de Estudos Estratégicos" número 6, de fevereiro de 1985, dessa entidade.

Além de uma análise bem fundamentada em torno das estratégias de segurança praticadas pelas "Grandes Potências" após a 2ª Guerra Mundial e dos seus resultados, examina os riscos decorrentes para o Brasil e apresenta elementos de reflexão abonadores do "Projeto Calha Norte" e dos novos projetos ferroviários, objetos de polêmica aceitação.

INTRODUÇÃO

Ao encerrar vitoriosamente as operações militares e navais da guerra contra a Espanha (que levaram as fronteiras dos Estados Unidos a 10.000 km de distância, estabelecendo-as nas Filipinas), o Presidente Theodore Roosevelt proclamou: "A história da Humanidade começou por uma era mediterrânea, continuou por um período atlântico, e entra atualmente na fase do Pacífico." (Ci-

tado por Fernand L'Huillier, *De la Sainte Alliance au Pact Atlantique*, Neuchatel, 1954, t. I, p. 266). Iria, pois, o imperialismo norte-americano defrontar-se com o imperialismo nipônico, que já havia sido, na guerra de 1904-05, vencedor do imperialismo russo. Hoje, o quadro das relações internacionais encontra-se por tal maneira diversificado que, a partir do encerramento da Segunda Guerra Mundial, perfilou-se ameaçadoramente o imperialismo soviético

com a tendência fortemente acentuada de exercer predomínio absoluto sobre grande parte da Europa (em particular a Europa Danubiana), bem como sobre quase todo o cerne do Pamir, Himalaia e Turquestão, através da Ásia. Um dos instrumentos postos em ação pelo imperialismo soviético consistiu no espraio da Guerra Fria.

GUERRA FRIA

A Guerra Fria já foi definida como o equilíbrio entre terroristas, frontal ou sub-repticiamente exercidos. Contudo, ela transformou-se em tão poderoso instrumento de pressão internacional, que se prestou à investigação de especialistas como André Fontaine, Daniel Yergin e muitos outros.

Daniel Yergin, da Universidade de Yale, no seu livro *Shattered Peace* (com o subtítulo *As Origens da Guerra Fria e do Estado de Segurança Nacional*), leva-nos, através de conceitos e de fatos, aos lineamentos da peleja imperialista em termos do espeinhamento de nacionalidades e da destruição de civilizações, promovida pelo Estado que faz da Segurança Nacional sua estrutura permanente de resistência e de despotismo, numa rígida mecanização de meios e de fins.

O Estado moderno, de um modo geral, é monoliticamente policial, porque o Governo pensa que o inimigo quase sempre se encontra portas adentro, e

não portas afora; é um Estado censurado, porque todos os seus cidadãos são transformados em fichas de um gigantesco cadastro; é um Estado supostamente governado de forma democrática, quando na realidade é comandado por grupos fechados, constituídos por poucos figurantes dotados do poder de decidir da sorte de todos os cidadãos. Desse modo, o Estado moderno evoluiu da Nação em Armas, dos tempos do Grande Frederico, passando pelo Exército Nacional da Revolução Francesa, até atingir, afinal, as "democracias imperiais" (no conceito do historiador Arthur Schlesinger Jr.), de que são exemplo os Estados Unidos da América.

No seu livro *The Nemesis of Power* (Londres, 1954), o historiador inglês John W. Wheeler-Bennett conta que "os procuradores com olhos de lince de talentos para o Estado-Maior" entendiam que o oficial do Estado-Maior prussiano se considerava superior ao comum dos mortais. Com penetrante *insight* e múltipla variedade de fontes discursivas e interpretativas da evolução do Estado moderno, Yergin metodiza a curiosa transplantação dessa atuante filosofia alemã para os Estados Unidos, por via da intimidade de pessoas, bens e doutrinas, estabelecida entre nazistas e norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Por isso, não errou aquele que sentenciou que as altas camadas do Governo soviético não deixam de se pare-

cer com as altas camadas do Governo norte-americano; nem fez apenas blague o humorista norte-americano que declarou ser mais fácil entender-se um norte-americano com um russo ou um japonês do que com um latino-americano.

O historiador moderno mal tempo tem de acompanhar a sucessão dos fatos e, atropelado por imensa quantidade de material informativo, chega ao mesmo estado de confusão apontado pelo diplomata George Kennan: "Jamais houve tão grande confusão a respeito da política externa dos Estados Unidos como agora. O Presidente não a entende, tampouco o Congresso, nem a Opinião Pública e nem a Imprensa." Desde a reunião da Criméia (3 de fevereiro de 1945), o ritmo da História sofreu o descompasso mais taquicárdico que se possa imaginar: quantos e quantos acontecimentos surpreendentes não fizeram, desde então, trabalho despistatório; quantos e quantos acontecimentos imprevistos não geraram consequências estranhas; quantos e quantos acontecimentos violentos não estabeleceram rumos inapeláveis em todas as partes do mundo!

A Guerra Fria surgiu do próprio teor diplomático então disponível, tanto à União Soviética quanto aos Estados Unidos. Ideologias e planos entraram em xeque. Personalidades, transformadas em porta-vozes dos sistemas ideológicos, ensaiaram caminhos novos através da "dialética da confrontação". Mas

nem sempre os figurantes estiveram à altura das suas funções.

No jogo agudo entre norte-americanos e soviéticos, muita coisa nova teve de ser inventada, e uma delas foi, do lado dos soviéticos, a Guerra Fria. O antigo internacionalismo liberal cedeu passo a um internacionalismo hirsuto e hostil, uma espécie de Távola Redonda à qual se assentaram muito poucos.

Especialistas norte-americanos (entre os quais o Secretário de Estado Cordell Hull) tinham dito que não mais se necessitaria de esferas de influência, equilíbrios de poder, alianças e outros acordos especializados, mercê dos quais, "em passado infeliz, as nações pelejaram em prol da salvaguarda da sua segurança e da promoção dos seus interesses". A Guerra Fria resultou do potente dinamismo soviético em termos não só diplomáticos, mas de ação frontal ou sinuosa. A Guerra Fria continua em nossos dias: o dinamismo soviético pouco mudou em sua fraseologia, e teve por propósitos: primeiro, "envolver" o Presidente Roosevelt na Conferência de Ialta; e depois, minar o "Grand Design" do mesmo Presidente. Ambos os propósitos foram atingidos. Por isso, razão teve o Embaixador George Kennan ao afirmar: "Em qualquer Estado autoritário, a vida política se transforma numa peleja para obter acesso à pessoa do governante e para obter o controle das fontes de informações que ele possui." O di-

plomata norte-americano poderia ter ampliado o seu conceito acrescentando que assim também se procede nos Estados democráticos (ou supostamente democráticos), por meio das mordomias interessadas e interesseiras que se alastram como fechadas camarilhas asiáticas.

Desde a Conferência de São Francisco (na qual se institucionalizou a Carta das Nações Unidas), os problemas internacionais cresceram tanto para os Estados Unidos como para a União Soviética, dado serem conflitantes. O Embaixador Joseph Grew (conhecedor dos problemas do Extremo Oriente pelo fato de haver sido durante dez anos chefe de posto em Tóquio), em comunicação enviada da capital nipônica ao Departamento de Estado antes da entrada do Japão na guerra, entendendo que a Mongólia, a Manchúria e a Coreia gradualmente passariam à órbita de Moscou, aconselhou: "É melhor apressar o fim da guerra antes que os russos possam agir." Contudo, as consecutivas fintas, bandari-lhadas e verônicas da diplomacia soviética, providas de um orientalismo imaginoso característico, levaram o Departamento de Estado à preconceituação formalística de enfrentar os problemas com Moscou por meio das mesmas armas adotadas pelos soviéticos: propor e aguardar; aguardar e não cumprir.

A influência da Guerra Fria nessa modalidade de processo negociatário novamente se evi-

denciou, consoante Yergin, na Conferência de São Francisco, com a guerra de bastidores a propósito da entrada da China Comunista na ONU. A delegação soviética ameaçou vetá-la; Harry Hopkins, conselheiro do Presidente Roosevelt, esboçou a proposta norte-americana: discussão livre. Mas a ameaça de veto ficou suspensa como uma espada de Dâmocles. Para ganhar tempo e conquistar terreno, Hopkins, autorizado pelo Presidente Roosevelt, foi a Moscou onde se avistou com Stalin. Depois de ouvi-lo atentamente, este debateu a posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros com Molotov diante do norte-americano. "Absurdo, Molotov!" — disse afinal Stalin, aceitando a proposta do Governo norte-americano. Segundo o julzo de Yergin a respeito dessas negociações, Stalin estava deixando Hopkins inteirar-se da pouca atenção que o Governo soviético deva às Nações Unidas. Autêntico ato de Guerra Fria.

Guerra Fria foi também a corrida aos artefatos nucleares, guerra de emboscadas, de fintas, de promessas não cumpridas. A propósito, Yergin comentou: "Quantos anos restariam à União Soviética para desenvolver um artefato atômico? A comunidade técnica — os cientistas e engenheiros que haviam criado a bomba — deram aos russos três a cinco anos. Os cientistas sabiam que os russos possuíam todas as aptidões de natureza científica." Estamos vendo como, nos dias de hoje,

os problemas vinculados com a energia nuclear para fins bélicos vão ganhando gravidade desde o malogro do Plano Baruch, a ponto de constituírem angustiante sobrecarga de pressão psicológica para todas as nações do mundo.

Num estudo intitulado "A Paz Mundial, as Organizações Internacionais e a Ação Diplomática do Brasil", publicado na *Revista Brasileira de Cultura*, out./dez. 1972, expedimos os seguintes conceitos: "A estocagem de armamento atômico por parte dos Estados Unidos e da União Soviética criou ambiente tal (após as experiências de Hiroshima e de Nagasaki) que o jurista italiano Franco Fornari, em sua obra *Psicanalisi della Guerra Atomica*, afirmou que a Guerra Atômica acarretou a criação de uma verdadeira psicose, que não deixou de ter efeitos distorsivos sobre o comportamento da opinião pública mundial." Além disso, a distensão no campo internacional (se é que ela possa ocorrer) é jogo privativo das duas superpotências — Estados Unidos e União Soviética — que se disputam o comando do mundo. Daí começou a esboçar-se nos Estados Unidos o que Yergin chamou "the Gospel of National Security" ("o Evangelho da Segurança Nacional"), e muitos passaram a ler Clausewitz. Ressalva, contudo, Yergin: "No entanto, devemos lembrarnos de que a Doutrina da Segurança Nacional não emergiu como parte das relações soviético-americanas: serviu para

proporcionar uma estrutura de avaliação dos problemas da Política Internacional e do comportamento soviético.

Nos circuitos desintegrados da Política Internacional, a Guerra Fria atuou como fator exasperante. Surgiu, então, a pergunta crucial: Quem seria o futuro inimigo no livre jogo da suposta Nova Ordem, inaugurada pelas Nações Unidas? Yergin faz a seguinte observação: "Depois da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética emergiu como a única potência que pudesse desafiar militarmente os Estados Unidos; relações de amizade fraternal a ligarem os dois países dificilmente existiam." Ainda observou Yergin: "O conceito de Segurança Nacional foi usado para assinalar uma visão muito mais ampla: a de que os Estados Unidos deveriam estar preparados para desencadear a paz tanto quanto a guerra."

Afinal, depois de muito trabalho realizado no âmbito do Poder Executivo, o Presidente Truman enviou ao Congresso, em 19 de dezembro de 1945, uma mensagem sobre Segurança Nacional, estabelecendo uma completa unificação de propósitos, de acordo com a metodologia do Exército dos Estados Unidos. Surge aí o binômio aparentemente salvador; "Desarmamento mais Segurança Coletiva". Todavia, em sua *Histoire de la Guerre Froide* (Paris, 1965), André Fontaine citou, com vulpino oportunismo, o maquiavélico conceito de Lenin,

pronunciado por ocasião do infeliz Tratado de Paz de Brest Litowsk, imposto pela Alemanha à Rússia em 1919: "Mostra-nos a História que a paz são tréguas para a guerra; e a guerra é um meio de conseguir uma paz algo melhor." A derrota ensinou à União Soviética a preparar-se para a guerra, mas uma guerra não frontal e sim indireta.

DESARMAMENTO E SEGURANÇA COLETIVA

A lição de Pearl Harbor ficou como importante repositório de ensinamento a respeito de espionagem e contra-espionagem a serem exercidas por uma superpotência. Como afirmou o Embaixador Charles Bohlen, especialista em assuntos eslavos, nas relações entre as grandes potências, torna-se mais importante o jogo entre si próprias do que a observância da Carta da ONU, a qual só serve quando os litígios são de somenos importância. Por isso, a nova Doutrina da Segurança Nacional, consoante Yergin, passou a ser moeda corrente através de todo o processo político internacional norte-americano, só havendo falhado numa infeliz guerra: a do Vietnã. A necessidade de reafirmar o Poder Militar norte-americano transformou-se num tema em todas as reuniões de cúpula dos Estados Unidos, embora ainda em 1946 o Presidente Eisenhower informasse Bernard Baruch de que "a existência da bomba atômica constitui

dissuasor de fato da agressão no mundo". Apesar da Doutrina da Segurança Nacional, crises explodiram por toda parte, pon-do em perigo a margem de segurança possibilitada por essa doutrina: crises na Ásia (o crônico problema entre árabes e israelenses), crises na África (no Congo e na Namíbia; o enigma de Angola, com suas guerras civis e a intervenção de mercenários cubanos e russos), crises na Europa (desentendimentos de não-alinhados com as potências capitalistas: caso da Iugoslávia de Tito), a crise das Malvinas (guerra sem declaração de guerra; polarização perigosa de escassez de Poder em face da exaltação do Poder), crises abalando a cúpula do Mundo Ocidental e criando zonas sombrias de risco e, mais que de risco, de guerra autêntica (como a do Iraque versus Iran), zonas que se alastram com uma perigosa condensação de fatores negativos facilmente exportáveis. No Oriente Médio desapareceu a possibilidade do surgimento da "Sexta Grande Potência", que viria a ser o Iran, ocidentalizado e militarizado pelo Xá Pahlavi.

E qual o motivo de todas essas crises? A resposta é uma só: o surpreendente crescimento dos armamentos das Grandes Potências, das Potências Médias e das Pequenas Potências. Criou-se nos Estados Unidos a tese da "retaliação maciça", logo perfilhada pela União Soviética. Nessas condições de precária estabilidade, os Estados

Unidos sentiram o perigoso fluxo e refluxo das crises internacionais.

Numa análise sobre a "reconstrução do arsenal", Yergin afirma que o ano de 1947 presenciou duas singularidades: o abandono da diplomacia, com sua "política de arranjos", e a formulação de nova política norte-americana, realista, a "política de contenção". Em 1948, as forças nacionais norte-americanas transformaram-se numa preocupação central, porque os fazedores de política internacional se deram ao trabalho de "reconstruir o arsenal do tempo de guerra". Traduzindo em miúdos: procedeu-se ao rearmamento dos Estados Unidos, em face de um mundo que se armava cada vez mais, desde a União Soviética até a República de El Salvador. O projeto RAND (sigla de "Research and Development") possibilitou uma análise a respeito da conduta de uma guerra na qual se enfrentaria o progressivo aumento de armamento de todos. Daí, a Segurança Nacional passou a ser a blindagem do Estado norte-americano. Contudo, os acontecimentos fluem e refluem sobre os rochedos da Política Internacional justamente quando chancelarias truculentas, empenhadas em bombardear cidades abertas em tempo de paz, desafiavam a débil Carta da ONU. O superarmamentismo (sofisticado e maciço) transforma-se em razão primeira do Estado Potente — caso da União Soviética, que aspira à hegemonia mundial de-

safiando os Estados Unidos, que nem sempre se dão por achados.

A Segurança Coletiva (muito mais teórica do que prática) sempre valeu como um artifício sofista para encobrir hedionda realidade. Isto posto, na medida em que a União Soviética se foi compenetrando da eficiência do Estado de Segurança Nacional dos Estados Unidos, redobrou esforços no sentido de incentivar as guerras periféricas.

GUERRAS PERIFÉRICAS

As guerras periféricas constituem o melhor instrumento achado pela astúcia soviética para conturbar certas áreas do mundo. A tecla fundamental delas consiste na subversão.

Para isso recorre-se à exploração dos sentimentos nacionalistas de povos ilhados dentro de etnias mais fortes (caso dos armênios e dos curdos), a razões de caráter religioso, a movimentos de rebelião em áreas ricas de minérios ou de petróleo (para a consecução, de início, de uma liberdade econômica, que se transforma, depois, em liberdade política). A marcha da História, na presente quadra, volta-se para a pluralização de pequenos Estados, nos quais predomina um feudalismo econômico (como o ainda hoje existente na América Central). Em suma, a subversão erigiu-se em doutrina política, encontrando para o seu desenvolvimento muitos armamentos procedentes

de diversas fontes por numerosos caminhos.

As guerras periféricas representam, ao cabo de contas, esforços gigantescos de uma associação de escusos interesses financeiros (caso de Biafra), vendas de armamentos, mobilizações de homens, instituição de comandos eficientes e dispostos a jogar cartadas definitivas através das agruras da guerra moderna convencional. Guerra periférica tanto pode ser a que estalou na Coreia em junho de 1950, como a das Malvinas, iniciada em abril de 1982. Guerras periféricas estão proliferando em cabal desafio à ação pacificadora da ONU, tão fraca como se evidenciou no caso da Guerra das Malvinas. Elas equivalem a golpes de força, imprevisíveis e brutais, com a finalidade de resolver litígios internacionais com a rapidez necessária para se chegar ao fato consumado. São esforços gigantescos que associam interesses militares e financeiros em busca da realização de um fito imperialista. São cartadas audazes para resolver conflitos internacionais, cujos criadores pretendem subtraí-los à apreciação de um organismo internacional como a ONU. Nessas circunstâncias, a situação mundial agravou-se sobremaneira, inclusive no Continente Americano.

Na Conferência de Punta del Este, cometeu-se o erro grosseiro de excluir Cuba, assim debilitando ainda mais o já frágil Sistema Interamericano. O imperialismo econômico dos Estados

Unidos transformou o Mar das Antilhas num mar fechado. O Prof. Lewis A. Tambus, da Universidade Estadual do Arizona, no seu estudo "Fatores Geopolíticos na América Latina" (traduzido e estampado em *A Defesa Nacional*, set./out. 1978) sustentou que o *Heartland* da América do Sul se encontra no chamado "nó boliviano", isto é, na região de Charcas, na Bolívia. Mas, na América do Sul, temos ainda os conflitos latentes da Guiana Essequiba e do Canal de Beagle, e tivemos o confronto sangrento das Malvinas (que ficou em suspenso). Este último resultou do desrespeito de Buenos Aires a uma resolução da ONU que aconselhou a discussão do assunto à volta de uma mesa de prósperos do Conselho de Segurança. O General Gualtieri preferiu, no entanto, um golpe pelas armas a uma solução pacífica. Além de não ter sido feliz, estabeleceu um precedente deplorável no Continente Americano, que pode repetir-se com qualquer vizinho do Brasil e atingir o próprio Brasil.

A AMAZÔNIA E A FRONTEIRA OESTE BRASILEIRAS

Pensemos, particularmente, na Amazônia. Ela não é apenas realidade física: é também mito de grandeza para nós, brasileiros. Pelo fato de ser mito, é uma das áreas mais cobiçadas do mundo. Temos de resguardar

o tesouro da Amazônia, território riquíssimo.

Recordemos um precedente histórico significativo. Em sessão do Senado Imperial de 8 de junho de 1865, ao discutir-se o estabelecimento de uma linha de navegação entre Belém do Pará e Nova York, o Visconde de Jequitinhonha assinalou que a idéia surgira quatorze anos antes devido à clarividência do Barão de Mauá, mas que o espírito rotineiro se interpusera para neutralizar quaisquer esforços quanto à navegação entre o Império do Brasil e os Estados Unidos. Quatorze anos perdidos! E quanto tempo não se perdeu na Amazônia deixando de ativar a construção de estradas de ferro (como pretendiam Alexander Haag e Pereira Labra, desbravadores da estirpe de Mauá)! Quanto tempo não se perdeu no processo de colonização intensiva de áreas apropriadas ao povoamento! Quanto tempo não se perdeu na ativação da exploração de minérios na zona do rio Negro até as Cordilheiras de Parima e Paracaima! Quanto tempo perdido no assentamento de providências em relação à defesa militar, naval e aérea da nossa Amazônia, com suas imensas fronteiras de tranqueira caída à espera de contrabandistas e de entrelopos!

Não estranhemos, pois, se, após o deplorável exemplo das Malvinas, e prevalecendo-se do nosso descaso em estabelecer uma poderosa articulação ofensivo-defensiva na Amazônia, poder militar estrangeiro, depois

de incomodar-nos com uma "guerra diplomática", atreve-se a atacar a Hiléia por meio de uma expedição aerotransportada, procurando estabelecer em território nosso fementida soberania. Teremos, portanto, de promover inadiavelmente a colonização e a defesa da Amazônia, bem como da nossa grande Fronteira Oeste. É urgente que façamos, a todo transe, chegar as pontas dos trilhos à fímbria das nossas fronteiras. Ferrovias e rodovias colonizam tão bem como os homens. Levêmo-las aos rincões extremos das nossas fronteiras, juntamente com os hidroaviões, não apenas em termos de colonização, mas de defesa militar, naval e aérea.

Temos diante dos olhos um mapa publicado por uma revista especializada em economia da Hiléia, intitulada "Áreas-objeto de programação prioritária (1955-60) situadas na Amazônia". Tais áreas seriam, de oeste para leste: Urupés-Cucui, Vila Bitencourt (Japurá), Benjamin Constant, Rirunepé, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Boca do Acre, Guajará Mirim, Porto Velho, Campos de Puciri, Tefé, Boa Vista de Roraima, Manaus, Parintins, Itaituba, Santarém, Altamira, Macapá, Oiapoque, Marajó, Belém-Bragança, Tucuruí-Jatobal, Tocantinópolis, Mearim-Pindaré, Paranaan (Alto Tocantins), Cuiabá e Pexeréu. Esse programa, por demais vasto, resultou numa sinfonia inacabada, limitada a poucas das áreas cogitadas. Em geral, todos os planos que se formulam para a

Amazônia, ou são muito vastos e ficam no meio do caminho da execução, ou são por demais complexos porque procuram atacar "frente de batalha" de ponta a ponta e não o conseguem. Modernamente, poderíamos estabelecer progressivamente um programa de áreas prioritárias nas fronteiras do Setentrião e do Oeste, sobre a raia que nos separa dos outros países. Essas áreas deveriam ser: Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Boca do Acre, Guajará Mirim, São Luís de Cáceres, Fortes do Príncipe da Beira, Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, até Amambai, e Manga. Cada uma dessas cabeças-de-comarca de áreas prioritárias constituiria um foco de irradiação de cometimentos econômicos, sociais, educacionais, tendo como condição fundamental o estabelecimento de Pelotões de Fronteira, Bases Navais e Bases Aéreas para zelarem pela intangibilidade das fronteiras do Setentrião e do Oeste, as quais, no momento presente, apresentam quantidade enorme de "furos" favoráveis à penetração de contrabandistas pesadamente armados e organizados em países vizinhos. Pouca coisa conseguem as nossas autoridades apreender do gigantesco movimento de caminhões, carros, manufaturados, narcóticos, tudo com mercado garantido no estrangeiro. Campos de pouso clandestinos, organizados por estrangeiros, existem na região do rio Negro, na Amazônia, bem como na bacia do rio Paraguai.

Não estamos fazendo revelações novas: o que afirmamos se encontra em nossos melhores jornais. Em nosso livro *Amazônia* (Rio, 1967), escrevemos (p. 71): "Operoso parlamentar, o Sr. Oscar Correia, não declarou na Câmara dos Deputados que, em 1959, o Ministério da Aeronáutica já avaliava em 140 o número de campos de pouso não vistoriados, controlados ou fiscalizados numa área de 3 milhões de quilômetros quadrados? Depois de 1959, esse total não teria aumentado escandalosamente? As atividades contrabandísticas através da Amazônia não são apenas teleguiadas de Belém ou de Manaus: são teleguiadas do estrangeiro. Através da Amazônia, o Brasil está sendo sangrado implacavelmente. Através da fronteira, o contrabando passa, mas para enriquecer outras terras." Já nos encontramos em 1982, e, para as nossas autoridades, o contrabando continua a ser um problema fiscal e policial, não chega a ser problema militar.

Outros problemas oneram o panorama geral das nossas fronteiras setentrionais e ocidentais. Um deles é o das comunicações ferroviárias e rodoviárias. Continuamos a dar, equivocadamente, preferência à rodovia sobre a ferrovia. A rodovia Cuiabá-Porto Velho, aberta pelo Presidente Kubitschek, no final do seu governo, só agora será asfaltada. Ao invés de facilitar a colonização de Rondônia, ela tudo atrapalha, porque, na longa estação

das chuvas, se transforma em vasto atoleiro. Até hoje não se construiu uma ferrovia de Cuabá ao Forte do Príncipe da Beira, de alta importância estratégica, além de vir a ser instrumento de progresso de ampla região. Deveria constituir princípio de Política Ativa que nossas ferrovias e rodovias chegassem a pontos da fronteira com a Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai. Consolidaríamos, assim, a densificação demográfica da Faixa de Fronteiras e zelaríamos pelo que nos pertence.

ZONAS DE INVASÃO

Como vivemos numa quadra em que florescem guerra de várias índoles, manda a prudência que nos detenhamos nas "zonas de invasão" existentes nas fronteiras do Setentrião e do Oeste. Tais zonas podem ser aproveitadas por um invasor esperto. Da Guiana Francesa, através do Amapá, para atingir Belém; do Peru e da Bolívia, através do Acre, para atingir Porto Velho; da Bolívia e do Paraguai, através do Pantanal com suas saídas para o norte e para o sul; do Paraguai, por Ponta Porã e Campo Grande, para atingir o Triângulo Mineiro; da Argentina, por Xapacó, para atingir Joinville.

Ao abrir espaço para a logística desses "caminhos de invasão", o fazemos com o propósito de aproveitar a lição dos últimos acontecimentos da sub-

versão internacional com suas guerras periféricas. Atentemos, por exemplo, para a possibilidade de um conflito armado às nossas barbas por causa da Guiana Essequiba. Que fará a nossa diplomacia numa emergência de tão rara delicadeza?

No seu livro *Origens da Guerra Fria*, J. P. Morray assinala que o advento da guerra atômica se "tornou a preocupação contínua e opressiva de todos os povos. Os governos estão sob a pressão de romper a velha estagnação quanto a esse problema. A vida despertou nos povos o anseio pelo desarmamento, embora em casos individual ele possa ser neutralizado e superado pelo interesse econômico. O diálogo internacional sobre o desarmamento é, portanto, um aspecto importante da Guerra Fria, porque, na medida em que se trava, os povos formam uma resposta à pergunta: Quem deseja o desarmamento? Em face do que vai pelo mundo em termos de subversão internacional, deveremos prever para prover. A situação do mundo agravou-se extraordinariamente com o enfraquecimento da ONU e o incremento maciço do terrorismo; com a política imperialista de pressões em tempo de paz tendentes à criação de um monopólio de economias fortes sobre economias fracas. O chamado Terceiro Mundo, antes de constituir um conceito político, é, na realidade, um conceito de formulação econômica imperialista: os economicamente fortes devem tornar-se cada vez mais

fortes e impedir que os Estados situados na faixa da emergência econômica se tornem ricos e fortes. Uma dúzia de países aglutinam-se para manter o *statu quo* em benefício dos superindustrializados e contra aqueles que aspiram a uma progressiva industrialização que os libere da fase agrícola rudimentar ou pouco desenvolvida em que se encontram.

Existe, contudo, outra lição, para o Brasil, no convizinhamento com uma série de Estados de desigual teor econômico e de variado perfil cultural. Os países latino-americanos, aparentemente semelhantes, são profundamente alheios uns aos outros em suas idiossincrasias e em seus ideais. Por mais que procuremos nivelá-los com o mesmo esquadro ou o mesmo metro, detemo-nos diante de dificuldades ancestrais, que não podem ser combatidas por decretos acadêmicos ou por providências estéreis. Mas ainda assim é da nossa índole diplomática e política estabelecer com nossos vizinhos uma política internacional afirmativa, que lhes assegure que somos "irmãos" e não associados prepotentes. Trata-se de exercer uma "matiz diplomática" que requer plasticidade e conhecimento das realidades políticas, econômicas e cultural de cada vizinho nosso, a fim de relacionar-nos adequadamente com cada um deles.

A PRÓXIMA LIÇÃO DE ITAIPU

Pensemos também no futu-

ro. Quando Itaipu entrar em funcionamento, nova categoria de progresso se desvendará na Baía do Prata. Nova América do Sul irá surgir da energia elétrica produzida por Itaipu. Nenhum dos nossos vizinhos acreditou que o Brasil fosse capaz de construir Itaipu, e obstáculos diplomáticos, como verdadeiros abatizes, foram levantados à programação brasileira. No entanto, as obras seguem de acordo com o cronograma, embora estejam custando cerca de três milhões de dólares por dia.

Nesta quadra sombria de Guerra Fria, guerras periféricas e guerras sem declaração de guerra, a influência de Itaipu se alastrará até a nossa fronteira ocidental. Muitas das minhas observações a esse respeito resultam da experiência pessoal adquirida em La Paz, Lima, Bogotá e Caracas, condensam apreciações entretidas com personalidades de prol, e derivam do trato de muitos anos com os assuntos internacionais. Tais observações levam-me à reflexão de que o Brasil tem interesses a preservar com todos os seus vizinhos e aspira a manter com eles uma "vizinhança construtiva", consistente como ação fundamental na conquista da amizade de todos eles. Não obstante tal fato, tem o Brasil, na presente quadra das relações internacionais, que cuidar de si, que preocupar-se com o seu sistema ofensivo-defensivo, já que tanto a ONU como a OEA de pouco valem na atual conjuntura internacional, cheia de águas

reversas e de escolhos à flor delas. Perigos de crises internacionais traiçoeiras encontram-se em toda parte, tanto ao longo das nossas fronteiras terrestres como no nosso Atlântico Sul. Devemos estar vigilantes a certas ocorrências em paises vizinhos. (Biafra, onde se massacraram milhares de brancos e nativos, surgiu de um incidente corriqueiro entre autoridades locais e mercenários estrangeiros.) Delas podem, então, surgir guerras periféricas, ateando fogo e servindo à glorificação de caudilhos e caudilhetes.

No seu livro *Histoire de la Guerre Froide*. (Vol. II, p. 485), André Fontaine informa: "A despeito da tradição anticolonialista dos Estados Unidos, particularmente viva desde a Doutrina de Monroe, no que concerne ao Hemisfério Ocidental, eles exerceram a mais viva pressão sobre a Grã-Bretanha para que adiasse a proclamação da independência prometida à sua colônia da Guiana. O chefe do governo de Georgetown, Chedi Jagan, não escondia suas simpatias marxistas, ao ponto de declarar, em agosto de 1962, que 'o comunismo estava em vias de vencer no mundo inteiro' e Kennedy muito temia que ele transformasse seu país numa segunda Cuba. Foram considerações semelhantes que induziram Johnson, em 1965, a fazer desembarcar em Santo Domingo, sem consulta, fosse quem fosse, uns tantos 40.000 fuzileiros navais."

Ainda há pouco, o Almirante

Carlos Castro Madeiro, Presidente da Comissão de Energia Atômica da Argentina, informava à Imprensa que as negociações com a Alemanha estavam progredindo, esperando-se que as pressões exercidas pelos Estados Unidos viessem a ser contornadas. "De qualquer forma — afirmou aquela alta autoridade argentina —, já iniciamos a construção de uma usina de água pesada, o que nos garantirá para o futuro o domínio de uma tecnologia nacional em água pesada." Por conseguinte, a Argentina produzirá industrialmente água pesada, porque esse elemento é considerado vital aos seus planos nucleares, tanto quanto ao domínio do ciclo dos combustíveis diferenciados. Essa decisão foi tarefa de alto escalão, e foi tomada em face de certas pressões que os Estados Unidos, com muita falta de jeito, vieram exercendo sobre a Alemanha, possível fornecedora de *know how* em água pesada. Ademais, a Argentina singularizou-se como o único país da América Latina que tem há cinco anos em funcionamento uma central atômica, Atucha I, perto de Buenos Aires, estando a construir outra na província de Córdoba. Atucha I funcionará a urânio natural (U 238), ao invés de urânio enriquecido (U 235). Com as mesmas características, funcionará Atucha II, bem como as demais usinas ou centrais já planificadas, em número de quatro. O urânio natural é mais barato e menos dependente de fatores exógenos de perturbação.

Este caso da Argentina assemelha-se ao nosso, quanto às especiosas e injustificadas reações norte-americanas, que pretendem assumir, por vezes, o caráter de fiscais da vida alheia. Brasil e Argentina consideram o Tratado de Não-Proliferação Atômica eminentemente discriminatório e que atenta contra o princípio da igualdade jurídica dos Estados. Tanto o Brasil quanto a Argentina não pretendem fabricar armamentos atômicos, mas incentivar a expansão dos seus programas energéticos numa quadra mundial de "desordem energética" (segundo qualificação do ex-Presidente Giscard d'Estaing, em sua recente visita ao México).

É patente a superioridade da Argentina em relação ao Brasil, no desenvolvimento da sua energia, não só porque suas usinas começaram muito antes das nossas, mas ainda porque seus governantes tiveram "pensamento político" firmemente orientador. Levaram-nos vantagem de tempo e de obreiros.

Estes dados contribuem para o esclarecimento da posição assumida pela maior parte dos países latino-americanos no campo do aproveitamento tecnológico em benefício de seu bem-estar sócio-econômico. Países jovens que são, as nações latino-americanas pelejam com uma pauta de carência que procuram vencer pela ação educativa em aliança com a ação técnica. Por isso, no presente momento, se os Estados Unidos, com sua política utilitarista,

tivessem de escolher, como aliado firme, entre o Brasil e a Argentina, seria quase certo que escolheriam a Argentina. Nossa política com os Estados Unidos vem-se ressentindo de desentendimento, escamoteados de ambos os lados, sendo, ademais, indicativos de falta de imaginação, tanto em Washington como em Brasília.

Não podemos dizer que o exemplo das Malvinas haja entibiado a Argentina, infundindo-lhe descrença em si própria. A despeito de haver perdido um total da ordem de 130 aviões, saiu mais forte do que ao iniciar o conflito armado. Desta ou daquela forma, a Argentina saiu mais madura em si mesma, em seus recursos, em sua tecnologia, em seu adestramento militar, e talvez mesmo em seu comando.

A visão geral do Brasil apresenta verso e reverso. Se perdemos muito tempo com projetos faraônicos, nossa peleja tem sido imensa a partir de 1930, quando o País adquiriu novas dimensões, deixando de ser uma nação agropecuária do tipo clássico do século XIX. Quando Getúlio Vargas planejou e instalou a indústria siderúrgica no Brasil, cometimentos gigantes em São Paulo, Minas Gerais, Nordeste etc. provocaram mudanças radicais na fisionomia do País: Três Marias, Urubupungá, Paulo Afonso, Furnas, Itaipu. O desenvolvimento do álcool como fonte alternativa de energia foi outro cometimento alvissareiro. Fizemos muita coisa,

por certo, mas desordenadamente.

No decurso desses anos de incessante luta, presenciamos a decadência da ALALC. Assistimos a desencontros nas relações Brasil-Estados Unidos. (A esse respeito, leia-se o estudo de Albert Fishblow, Professor da Universidade de Yale, intitulado "Como evitar o desencontro", traduzido e estampado no *Jornal do Brasil*, edição de 25 de julho de 1982.) Assistimos ao golpe militar sobre as Malvinas. Pior que tudo, vimos propagar-se a descrença quanto à Segurança Coletiva Pan-Americana. Finalmente, a subversão internacional transformou-se numa categoria política com a qual parece que teremos de habituar-nos.

MEDIDAS A TOMAR

Por todos esses fatores negativos, a sorte da América Latina, como bloco, fica na dependência da estruturação de um fecundo pensamento político a ser elaborado pelo Brasil, pelo México, pela Argentina e pela Venezuela. Não podemos contar com os Estados Unidos, não só porque eles têm problemas de sobra, como também porque se encontram aliados à Europa Ocidental, tentando subtraí-la ao controle soviético, que aumentará com a construção do gasoduto da Sibéria à França (o qual, na opinião de Raymond Aron, dará à União Soviética um lucro de cinco a dez bilhões de

dólares por ano; ver *L'Express*, de 6 de agosto de 1982).

O Sistema de Segurança Coletiva Pan-Americano terá de ser refeito em bases novas, alicerçadas na solidariedade e na cooperação. Ou as nações latino-americanas se associam e se solidarizam, ou então seu destino será inglório. Em certos círculos norte-americanos, vem-se delineando o plano de uma aliança dos Estados Unidos com o Canadá e o México, desdenhando do resto do Continente. Acontece, porém, que tanto o Canadá como o México não se mostram inclinados a ingressar nesse sistema aliancístico: preferem ter liberdade de movimentos ao invés de se verem tolhidos por um sistema que certamente terá um "chefe". Essa possibilidade pode ter seus méritos, mas também tem deméritos, porque dividiria o Continente em duas partes. Por conseguinte, devemos encarar os acontecimentos com frieza e objetividade. No caso do Brasil, não se trata apenas de encarar, mas de cuidar urgentemente da defesa das nossas fronteiras terrestres e do nosso Atlântico Sul, que se estende do Arquipélago de Fernando de Noronha até a costa sul-riograndense. Depois do caso das Malvinas, do malogro do Tratado de Assistência Recíproca (o famoso TIAR, de 1947), e da desorientação reinante no mundo, agravada pelo descrédito da ONU e da OEA, nos encontramos decididamente no limiar de uma nova era, de uma nova visão polí-

tica a ser reformulada para todo o Continente Americano: ou nos unimos todos com conhecimento de causa e propósitos afinados em prol de finalidades comuns, ou iremos ao desbarato.

Antes que tal aconteça, cumpre à gente nova do Brasil (em particular aos seus diplomatas) uma tomada de rumo a ser feita com clareza de propósitos e com tenacidade de agir. Concentremo-nos em nós próprios; saibamos ser ativos e tenazes; saibamos defender a nossa Amazônia, a nossa Fronteira Oeste, o nosso Atlântico Sul; saibamos ser fortes sem arrogância, decididos sem bravata. Não nos subalternizemos a nenhuma potência. Entre os Estados Unidos e a União Soviética, saibamos defender os nossos interesses com firmeza.

Em conferência que pronunciou na Escola Superior de Guerra, no dia 4 de dezembro de 1981, o Ministro Saraiva Guerreiro aduziu conceitos que devem ser lembrados: O aperfeiçoamento da boa convivência internacional é tarefa tão complexa quanto construtiva. Não há para ela respostas fáceis, de aplicação mecânica. A multiplicidade de situações específicas deve fazer-nos recusar sempre as tentativas de aplicar soluções padronizadas que, se foram úteis quando originalmente concebidas, pouca relevância terão noutras circunstâncias. Ao contrário, a boa convivência só terá a ganhar com o respeito às dinâmicas regionais próprias e com a aceitação da diversidade

de pontos de vista entre as nações.

Estes conceitos do Ministro Saraiva Guerreiro fazem-me pensar numa experiência na ONU (onde atuei durante quatro anos), ocorrida depois da segunda eleição de Oswaldo Aranha para presidir a Assembléia-Geral. O nosso Aranha fora sucedido por Entezhan, delegado iraniano. Aconteceu que, numa reunião do Conselho de Segurança à qual estavam presentes Sir Zafrulah Khan, Sir Benegal Rhau e o próprio Entezhan, disse este aos demais (eu estava presente à reunião como Delegado Substituto do Brasil): "Precisamos aqui de um Estado-líder, mas que seja líder do mundo que está surgindo." E apontou o nome do Brasil como Estado-líder desse mundo, que só iria surgir depois da Conferência de Bandung. Os delegados presentes à reunião foram acordes em dizer que o Brasil deveria chefiar o bloco dos *have not* (carentes). Temos, pois, importante missão a cumprir.

DESTINO MANIFESTO

O Brasil só cumprirá seu destino manifesto quando as fronteiras do imenso arco noroeste estiverem densificadas sob o ponto de vista econômico-social. Se a "Marcha para Oeste" já ultrapassou Brasília, terá de prosseguir até às fronteiras com o Peru e a Bolívia. Marcha pioneira e colonizadora, terá de ocupar e de encher os vazios

existentes nos nossos lindes ocidentais, num verdadeiro *herdlike movement*, como o que, no dizer do economista Alvin Hansen, encheu o Oeste e a costa do Pacífico dos Estados Unidos.

O nosso baldio geográfico e as nossas fronteiras silentes, abandonadas ou parcamente povoadas, devem ser vivificadas. De um modo geral, a nossa Fronteira Oeste é um emaranhado de rios, lagos, pantanais, estevas, caatingas, carrascais, florestas de variada vegetação. Portanto, região de vias arredias e precárias, salvo as permanentes, oferecidas pelos rios e pelas rodovias. Essa região imensa precisa ser geograficamente esquadrihada, mapeada em largo, para uma apreciação definitiva das suas potencialidades econômicas e de civilização. Todavia, o deslocamento populacional planejado para o "enchimento demográfico" da Fronteira Oeste tem ficado no papel.

Alguma coisa já mudou. Em sua edição de 25 de junho de 1979, o *Jornal do Brasil*, na seção "Informe JB", adiantou os seguintes dados: "O Mapa do Brasil está mudando, pois apenas 54,8% de sua área está corretamente levantada. E esses 54,8% só foram conquistados nos últimos quatro anos, já que até 1974 o Brasil só tinha 22% da sua área mapeada." De então para cá, a situação tem melhorado, mas ainda falta muito por fazer.

Fundamentalmente, um dos problemas vitais é o da exploração da terra. Na América Latina,

existem terras para todos. No entanto, poucos são os verdadeiros donos da terra. Por que semelhante anomalia? Porque as reformas agrárias ficam no papel. Mas o mundo de hoje não está mais compartimentado em zonas estanques como acontecia noutros tempos. É um mundo que se identifica num incessante processo de compreensão. Cada país tem seus problemas, mas numerosos problemas existem que são comuns a muitos países, e até alguns que são comuns a todos os países. Por conseguinte, a Política Internacional de determinado país está submetida a uma série de condicionamentos, de caráter interno e de caráter externo, que assumem variada forma: comunicações rápidas e permanentes; permeabilização das informações da Imprensa; influência de correntes científicas e culturais que se alastram pelo mundo; focalização de acontecimentos internacionais mercê do peso das correntes de opinião pública. Quer dizer, o mundo ficou menor, os povos conhecem-se melhor.

Justamente porque o mundo moderno ficou menor, avulta a divisão em "fortes" e "fracos", "ricos" e "pobres". Surge o Diálogo do Norte com o Sul. E estabelece-se, após a Conferência de Bandung, o conceito de Terceiro Mundo. Esse conceito, que começou com sentido eminentemente "econômico", foi depois transformando-se em "político" à medida que os acontecimentos evoluíam.

Posto o brasileiro, de uma maneira geral, disso não se dê conta, significativo é o papel do Brasil no mundo moderno. Nação ocidental atlântica em franco desenvolvimento econômico, não se poderá, contudo, afirmar que o Brasil já esteja na primeira fila das potências políticas ou mesmo econômicas. Mas o que não pode ser negado é que o Brasil esteja animado da idéia de realizar um grande destino na sociedade internacional do presente e do futuro. O papel internacional do Brasil tornou-se particularmente importante depois que o mundo involuiu para tendências jurídicas dessimétricas (como no fenômeno das guerras), e resolveu criar forças militares de vulto muito acima das necessidades de cada qual. Assim, ao invés da Cultura, a Força transformou-se no ídolo das nações, no elemento resolutivo dos litígios internacionais. Mas a Força gera soluções imperfeitas ou miseráveis. É conhecida a blague do estadista francês, segundo a qual, para resolver nove questões internacionais, o Tratado de Versalhes criou 14 novos problemas. O malogro da ONU no conflito en-

tre partes desavindas no Oriente Próximo evidenciou-se, de maneira irretorquível, nas operações militares sem declaração de guerra ocorridas no Líbano. O fracasso da diplomacia de Washington evidenciou-se no lidar com a questão das Malvinas, bem como os problemas do Oriente Próximo, não lhes dando solução alguma.

Nessa conturbada situação internacional, o papel a ser desempenhado pelo Brasil deve ser o de estrita vigilância, volta da para todos os quadrantes do Globo. Nossos interesses imediatos não se encontram apenas no Continente Americano: encontram-se mais além, noutras partes do mundo; encontram-se não apenas na defesa da nossa Amazônia, mas na vigilância e na defesa do Atlântico Sul, desde Fernando de Noronha até a costa sul-riograndense; encontram-se, ainda, na preservação do Continente Americano das sortidas da subversão e do terrorismo internacionais. E, mais que tudo, encontram-se na manutenção da paz no mundo inteiro.

Esse, por certo, é o "destino manifesto" do Brasil.



Munhoz assume RFFSA e defende esforço para aumentar produção

"A participação da Ferrovia no transporte de cargas tem crescido ano a ano, principalmente nos corredores de exportação, mas é necessário que haja um esforço adicional para que os números que medem essa participação saltem para um patamar mais elevado." A afirmação foi feita a 26 de agosto pelo novo Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A, Engenheiro Paulo Munhoz da Rocha, ao tomar posse na sede da Empresa no Rio de Janeiro. A necessidade de expansão do Projeto de Gerenciamento Operacional também foi destacada por Paulo Munhoz que destacou ser fundamental a Rede ter índices mínimos de imobilização de locomotivas e vagões "com a manutenção de estoque de peças dentro da seriedade com que a empresa tem sido administrada, propiciando êxitos e a busca do equilíbrio financeiro".

"A descentralização – lembrou o Presidente – será objeto de análise com as Superintendências Regionais e Chefias de Divisão Operacional para a busca da produção e auto-suficiência." Continuando, Paulo Munhoz afirmou que vai estar presente nas frentes de serviço da RFFSA e defendeu o aprimoramento da mão-de-obra ferroviária, considerada da melhor qualidade, e a elevação do nível de gerenciamento. Jamais perderemos de vista

o patrimônio mais valioso da Rede: A Família Ferroviária, seu bem-estar social deve estar sempre na ordem do dia", disse o engenheiro.

Diálogo com usuários

No relacionamento com usuários, Paulo Munhoz da Rocha disse de grande importância a participação de classes e conselhos especiais de usuários, através do bom diálogo existente. Ele também frisou que o diálogo deve ser constante com empresários do setor ferroviário e os sindicatos.

Dizendo estar consciente dos encargos, o novo Presidente destacou a "motivação que percebo nos colegas e que reflete uma positiva expectativa de nossa classe e uma disposição de colaborar como co-responsáveis pelos resultados dessa empreitada". Paulo Munhoz acrescentou que vai honrar "a indicação de um nome ferroviário feito pelo governo de Álvaro Dias e a confiança do Ministro dos Transportes Reinaldo Tavares, "que me designou para assumir esses encargos". Com relação a CBTU, AGEF, REFER, TRENSURB, METROBEL e METROREC, e os ferroviários da CVRD, FEPASA, ABPF, Munhoz frisou que vai manter o diálogo e a troca de experiências.

Finalizando o discurso de posse, ele disse que o espírito ferroviário merece o principal destaque para o sucesso da Empresa e destacou o trabalho do ex-Presidente Fagundes Netto.

A Rede Ferroviária Federal, uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério dos Transportes, conta com um quadro funcional de 63.873 empregados e tem como estrutura organizacional uma administração geral e duas divisões ligadas diretamente à presidência (Tubarão e Campos), além de sete superintendências regionais, contando com uma malha ferroviária de 22.184 km de linhas.

O patrimônio está avaliado em 8,0 bilhões de dólares. A frota está composta de 1.589 locomotivas, sendo 31 a vapor, 1.518 a diesel e 40 elétricas, além de 39 trens unidades e 17 automotrizes. Integram, ainda, o acervo rodante, 42.374 vagões, sendo 14.568 fechados, 6.079 hoppers, 5.013 plataformas, 11.803 gôndolas, 3.550 tanques, 962 gaiolas e de outros tipos.

No ano de 1986 as locomotivas percorreram um total estimado de 88,4 milhões de quilômetros; os vagões rodaram 1,1 milhão de quilômetros; os trens gastaram para o transporte de cargas, cerca de 1.900.000 horas, para transportar 38,7 bilhões de TKU; para um total geral de 85,7 milhões de t; 534,2 passageiros foram transportados.

As principais mercadorias transportadas foram o minério de ferro (14,0 bilhões de TKU); derivados de petróleo (4,5 bilhões de TKU); cimento (3,0 bilhões de TKU); produtos siderúrgicos (2,5 bilhões de TKU); fertilizantes (2,3 bilhões de TKU); trigo (1,7 bilhão de TKU); carvão mineral (1,3 bilhão de TKU) e farelos (1,2 bilhão de TKU).

Em novembro de 1984, a RFFSA implantou o Projeto SIGO, idealizado e desenvolvido por técnicos da própria empresa. O Projeto SIGO se constitui, em conjunto com a criação dos Centros de Comando Operacional (CCO), num instrumento que propicia aos responsáveis pela operação ferroviária um perfeito e instantâneo gerenciamento sobre vagões, locomotivas, carros, equipamentos, trens e pessoal de tração, através de terminais ligados aos computadores localizados nas sedes das Regionais.